

RESENHAS

O problema das escolas no cotidiano das favelas no Rio de Janeiro

Elena Alves*

Resenha: BURGOS, Marcelo Baumann; PAIVA, Ângela Randolpho (Orgs.). A Escola e a Favela, Rio de Janeiro : PUC-Rio, 2009.

Organizado por uma dupla de pesquisadores do departamento de sociologia e política da PUC do Rio de Janeiro, Ângela Paiva e Marcelo Burgos, ambos sociólogos do IUPERJ, o livro “A escola e a favela” apresenta-se em forma de artigos, oito no total, distribuídos em duas partes: a primeira trata de situar o leitor no que eles chamam de *efeito-favela* nos estudos de caso, uma alusão intencional ao referido por Pierre Bourdieu como “efeitos do lugar”. A segunda parte concentra cinco artigos de autores que vão fazer a leitura da pesquisa inserindo contribuições como história da educação pública no Brasil, estudos sobre representações sociais da favela e uma discussão sobre as especificidades da práxis pedagógica em escolas que atendem a crianças e adolescentes de meios populares.

Fica muito clara a forma como os pesquisadores e organizadores do livro, em dois longos textos, descrevem a ecologia da favela, detalhando minuciosamente os lugares e atores da pesquisa. Chama-nos a atenção a maneira criteriosa com a qual os autores apresentam a metodologia do estudo realizado; indicando quantas escolas, quantas favelas, se as escolas atendiam às favelas, mas estavam localizadas fora da mesma, ou se localizavam no interior da favela, quantos professores, quantas professoras, qual o tempo de dedicação à docência, quantas diretoras, monitores de projetos sociais, líderes comunitários, psicólogos ligados a projetos sociais. Este cuidado com as informações sobre a fonte das entrevistas, bem como a transcrição de trechos de algumas delas, evidenciando as constatações que se descortinavam a cada

* Doutoranda em Ciências da Religião, área de concentração Religião, Sociedade e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Umesp. Graduada em Teologia e Pedagogia, mestre em Ciências da Religião. E-mail: elena.alves@hotmail.com .

novo contato, à luz de pesquisas anteriores, já garante o valor da leitura deste trabalho. Uma contribuição valiosa para a realização de pesquisas de campo.

A primeira parte vai evidenciar questões importantes que denotam a forma como a exclusão se configura no âmbito escolar na favela como espaço segregado, numa reflexão muito bem construída sobre cidadania, solidariedade e direitos humanos. “Assim, quando visitamos as escolas de ensino fundamental de duas favelas, pudemos verificar *in loco* o drama da falta das condições mínimas para que uma das instituições mais caras à vida republicana – a escola – possa realmente trazer o mínimo de igualdade para emancipação efetiva dos cidadãos” afirma uma das autoras na página 30.

A percepção que se tem da escola, da favela e do aluno, é diferente nas perspectivas do professor que tem uma longa permanência na escola, daquele que recém chegou e do educador social. Assim como a concepção das causas do ambiente agressivo ou violento nas escolas que atendem à favela vai ter variações de acordo com o lugar que ocupa o ator social e o seu grau de envolvimento, no dizer do pesquisador, alguém que é “de fora ou de dentro”.

O aspecto que sobressai ao estudo de campo realizado nas escolas e favelas são as questões reveladoras sobre a relação entre pobreza, desigualdade social e efetivas políticas públicas de educação.

A pesquisa vai indicar que a imagem da escola esta fortemente associada ao seu público. O que está no imaginário dos entrevistados se traduziria na seguinte afirmação dos autores “a sociabilidade produziria efeitos negativos sobre o comportamento dos alunos, frequentemente caracterizados pelos professores como agressivos, inquietos e dispersivos”, entretanto, a hipótese dos autores é de que a percepção negativa que se tem da favela, esta sim, é definidora da realidade escolar (p. 64).

Conclui-se na primeira parte do livro algo que nos parece estarrecedor: “na percepção de diretores e professores, o ambiente da favela, dominado pela cultura da violência – que apenas é dramatizada pelo tráfico – se chocaria com o projeto escolar”, e mais, “escola e favela se apresentam aqui como dois espaços antagônicos, em permanente conflito e que diretores, professores e alunos estão no centro desse conflito” (p. 75).

Os pesquisadores entrevistaram educadores de projetos sociais que atuam nas favelas e identificaram que eles têm uma percepção diferenciada do lugar e da ação pedagógica junto às crianças e adolescentes. Foi identificado também o êxito das igrejas, em especial as evangélicas, na mobilização das famílias no interior das favelas. O que se nota é que “o desconhecimento do lugar, o desconhecimento da família e a distância sociopsicológica entre o mundo da escola e o mundo da favela” produz, nos professores, uma percepção nebulosa da realidade.

Na segunda parte, o livro reúne textos que estabelecem algumas considerações essenciais a partir não somente desta pesquisa em questão, realizada entre 2005 e 2007 pelo Núcleo de Estudos sobre Cidadania, Direitos e Desigualdade Social da PUC do Rio de Janeiro, mas por análises da própria história da educação no Brasil.

O texto “Um retrato em 3x4 da educação no Brasil: avanços e retrocessos”, de Samara Mancebo, faz uma análise das inúmeras mudanças na educação que ocorreram em razão da alternância de governos autoritários e democráticos, da luta entre conservadores e renovadores da educação, da promulgação de três constituições no período (1934, 1937 e 1946), nas duas Leis de Diretrizes e Bases (1961 e 1971), e conclui que este tempo se notabilizou pela “ausência de significados democráticos e distanciada de sua concepção de direitos, a despeito da várias lutas de educadores por uma educação pública, inclusiva, obrigatória, gratuita, laica e oferecida a todos em iguais condições” (p. 178).

A mesma autora afirma que a década de 1980 pode ser considerada “um divisor de águas na sociedade brasileira”. Ela deixa para trás duas décadas de ditadura e cerceamento de direitos de cidadania para, com a promulgação da Constituição de 1988, abrir espaço para antigas reivindicações que agora vão encontrar arcabouço legal, “é neste contexto de reestruturação democrática no País, de preocupação com o seu desenvolvimento econômico e com a realização de direitos já garantidos legalmente, que a educação inicia uma nova fase”. Entre a garantia legal e a realidade concreta, uma grande distância a ser percorrida, pois os resultados das PNAD de 2005, avaliados por Mancebo (2009), denotam que as “desigualdades regionais que assolam o país continuam a refletir claramente dentro do sistema escolar” e ainda “a expansão quantitativa do ensino não vem implicando aumento na sua qualidade” (p. 191 e 191).

Na sequência, o texto de Fernanda de Moraes Ribeiro “Escola e favela: uma comparação entre os anos 1950 e 2000” recupera um estudo encomendado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* feito pela SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas) realizado no fim dos anos 1950, e compara com a percepção obtida na pesquisa pelo Núcleo da PUC em 2005. “A ideia de que o comportamento dos alunos é determinado pelo meio em que vivem segue dominante entre os professores”, conclui a autora. Mas ressalta que “apesar das surpreendentes continuidades que encontramos nas representações sociais dos professores sobre os alunos moradores das favelas, a realidade destes apresenta discontinuidades que não podem ser deixadas de lado” (p. 211).

Para os professores, segundo Juliana Ventura, “o fato de serem crianças e adolescentes moradores de favela é determinante para um diagnóstico

pessimista” (p. 213). A autora vai buscar em Bourdieu uma linha interpretativa para esta visão dos professores que ela considera problemática, pois “o tema da socialização através da escola é também o tema do futuro, na medida em que este variará conforme os sucessos ou fracassos obtidos na trajetória escolar” (p. 215).

Nas falas dos professores, identifica-se certo constrangimento sobre as perspectivas de futuro para os alunos moradores da favela e ressalta-se este ambiente como impróprio para a realização da atividade educativa, é parte da conclusão da autora em seu texto.

“Entre o Universal e o particular: desafio da práxis pedagógica em escolas de meios populares”, de Renata Salomone, procura traduzir o que considero ser a contribuição mais relevante desta pesquisa, analisar a práxis pedagógica em escolas dos meios populares. O texto não traz uma receita, mas uma preocupação concreta com essa questão. Ao analisar as falas dos educadores, tanto os que atuam na escola formal como aqueles dos projetos sociais, a autora identifica uma carência explícita de estudos que possibilitem a construção de uma práxis que dialogue com as periferias. Sem abrir mão do específico do projeto de educação que haja espaço para conhecer, dialogar, interpretar o lugar ou o “não lugar” da escola em meios populares. Ela afirma:

Percebe-se, portanto, que, da mesma forma como nenhuma prática pedagógica consegue estar dissociada dos sistemas culturais locais, os valores locais não permanecem imunes aos modelos dominantes, necessitando de um processo de negociação que não se inscreve a partir da hierarquia rígida, mas se estabelece a partir de um jogo assimétrico e não consensual que faz com que determinados valores e práticas sejam prevalentes e garantam suas posições de legitimidade (p. 245).

Por fim, um texto bastante corajoso de Ana Cláudia de Souza Penha e Maria das Dores Figueiredo analisa “O impacto do tráfico de drogas na rotina escolar” e relata as impressões que os educadores possuem da realidade de duas favelas que sofrem forte influência do tráfico de drogas. Uma controlada por traficantes e líderes das “bocas” que se localizam próximas às escolas e outra controlada pela milícia.¹ As realidades são diferenciadas por violências distintas, mas a agressividade vivida e presenciada pelas crianças e adolescentes da favela, tanto na atuação da polícia em conflito com os traficantes ou na “ordem estabelecida” por força das milícias, compromete a relação que deveria existir no processo ensino aprendizagem dentro das escolas de

¹ Esta palavra tem sido utilizada pela mídia para qualificar grupos – em geral compostos por policiais e ex-policiais – que se posicionam como verdadeiros “donos” do território, impondo regras e normas às favelas que estão sob o seu domínio.

ambas as favelas. Segundo as autoras, “há, desse modo, a submissão forçada do projeto educacional ao conflito polícia/tráfico” (p. 273).

Os relatos de professores e diretores servem de base para as várias reflexões que os autores da pesquisa se dispõem a compartilhar com os leitores na primeira parte do livro e alguns relatos se repetem nos textos daqueles autores que se debruçaram sobre os resultados da pesquisa. Isso demonstra a variedade de possibilidades de análise que esta cuidadosa pesquisa oferece.

A leitura deste trabalho de Ângela Paiva e Marcelo Burgos pode e deve ser feita por pesquisadores que desejam entender mais a geografia das favelas do Rio de Janeiro e sua analogia com as favelas de outros Estados brasileiros, por educadores que compreendem que a educação sofre os “efeitos do lugar”, para uma maior inteiração com as situações vividas em escolas de periferia, por estudantes de sociologia interessados em uma lista enorme de referências atualizadas de leituras importantes para compreensão da questão urbana no Brasil e mesmo em outros países, como a França.

Eu diria que o livro é praticamente impecável, salvo pela discreta ausência de análise das entrevistas com professores e diretores, que ao serem expostas na sua integridade e literalidade, sem uma análise própria a partir de teorias de análise do discurso ou da história oral, deixam o leitor com dúvidas sobre a forma como as mesmas foram tomadas e interpretadas pelos entrevistadores. Algo que daria extremo trabalho e volumes enormes de páginas se todas as entrevistas passassem por este tratamento. Por certo, esta não era a intenção dos autores.

Qualquer observação não desmerece o valor da leitura deste livro que, se bem aproveitado por educadores, pode ser valioso e instigante para a construção de uma práxis pedagógica diferenciada em meios populares. Uma ação que não abdique do papel da escola, relegando-o ao mero serviço de sociabilidade, mas que alcance condições de eficácia de sua função primordial de instituição de ensino e formação, no diálogo com pais, alunos, colegas e na capacidade de observação do entorno.

Recebido em: 8/09/2011

Aprovado em: 21/11/2011